

Políticas Curriculares, Gêneros e Sexualidades: implicações para a Educação Matemática

Curricular Policies, Genders and Sexualities: implications for Mathematics Education

Andréia Lunkes Conrado¹

Mariana da Costa Müller²

RESUMO

O presente artigo defende a relevância do ciclo de políticas curriculares voltadas para a diversidade, desenvolvidas no Brasil, no período de 2004 a 2014, com especial atenção para a temática sobre gêneros e sexualidades. Desta perspectiva, apresenta suas insuficiências quanto à articulação de mudanças mais efetivas na produção curricular em matemática, a partir de uma discussão sobre seus efeitos para o livro didático e para a formação docente. A argumentação coloca em diálogo os resultados de uma pesquisa de doutorado, que problematizou a relação entre macropolíticas e práticas curriculares em uma Escola da Rede Municipal de São Paulo, por meio de uma pesquisa documental e etnográfica. Os resultados reiteram o impacto positivo dessas políticas na promoção e fortalecimento de ações locais, reconhecendo sua insuficiência. Por fim, com base em uma pesquisa de mestrado em andamento, são sugeridos elementos que possam aprimorar a continuidade da agenda relativa a essa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Matemática. Gêneros. Políticas Curriculares. Sexualidades.

ABSTRACT

This article defends the relevance of the cycle of curricular policies focused on diversity, developed in Brazil, from 2004 to 2014, with special attention to the theme of genders and sexualities. From this perspective, it presents its insufficiencies regarding the articulation of more effective changes in the curricular production in mathematics, based on a discussion about its effects on the textbook and teacher training. The argument puts into dialogue the results of a doctoral research, which

1 Possui doutorado e mestrado em Educação, pela Universidade de São Paulo (2019, 2005). Professora na Unesp/Rio Claro, no Departamento de Matemática, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, na linha de pesquisa "Filosofia e Epistemologia na Educação Matemática". E-mail: andreia.conrado@unesp.br. Link do Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3595-2605>.

2 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP- Câmpus de Rio Claro). E-mail: mariana.muller@unesp.br. Link do Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-6010-7781>.



problematized the relationship between macro policies and curricular practices in a São Paulo Municipal School, through documentary and ethnographic research. The results reiterate the positive impact of these policies in promoting and strengthening local actions, recognizing their insufficiency. Finally, based on ongoing master's research, elements are suggested that could improve the continuity of this agenda on this topic.

KEYWORDS: Curricular Policies. Genders. Mathematics Education. Sexualities.

Introdução

O chamado ciclo de Políticas da Diversidade (Carreira, 2017; Conrado, 2019; 2021) desenvolveu-se recentemente no Brasil, em âmbito federal, no período de 2004 a 2014, e foi reconhecido por abarcar uma série de demandas e agendas educacionais relativas à educação especial, relações étnico-raciais, jovens e adultos, educação do campo, educação escolar indígena, quilombola, gênero e sexualidade, pessoas encarceradas e educação ambiental. Nesse movimento, um conjunto de ações foram promovidas, produzindo reflexões e propostas em favor do tratamento das questões relativas à diversidade sexual e de gênero, com efeitos para pensar novas práticas escolares de acolhimento e inclusão.

Em período posterior ao analisado, houve o enfraquecimento dessa agenda, a partir do ano 2016, início da gestão de Michel Temer, com a decisão de encerrar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), cujos trabalhos foram totalmente interrompidos no início do governo de Jair Bolsonaro, em 2019. No período que se seguiu, entre 2019 e 2022, emergiu um discurso antigênero que paralisou e impediu avanços da referida agenda.

A chegada de um novo contexto político, a partir de 2023, e a retomada das políticas curriculares em prol do combate às desigualdades e discriminações são enfocados neste artigo, objetivando refletir sobre os efeitos, limites e impactos dessa discussão para a produção curricular em matemática e para a Educação Matemática como campo de pesquisa. Nesse sentido, dialogamos com outros estudos a fim de discutir os modos como as temáticas de gênero e sexualidade foram tomadas na política curricular em matemática, a partir do texto das Diretrizes Curriculares dos cursos de Licenciatura em Matemática no Brasil, conforme Taveira e Peralta (2022) e, de modo complementar, pela análise de seus efeitos na produção do livro didático de matemática, em âmbito federal, via PNLD.

A fim de sugerir reflexões em torno dessa pauta no momento atual, neste texto recuperamos marcos da política curricular nacional em torno do gênero e sexualidade, analisando efeitos dessa política para a política curricular em matemática, com um recorte de análise para a formação docente e a produção do

livro didático. Esperamos convidar a educação matemática a engajar-se na constituição de uma agenda em favor das diversidades sexuais e de gêneros no âmbito acadêmico e na produção curricular em matemática.

Para iniciar a discussão proposta, retomamos os resultados da pesquisa de doutorado de Conrado (2019), que procurou investigar o ciclo de políticas da diversidade e o modo como essas macropolíticas se relacionavam com o tempo e a ação dos atores no contexto local. Essa investigação adotou como método a pesquisa documental, inventariando iniciativas federais no período de 2015 a 2019, suas proposições e efeitos para o currículo de matemática. De modo complementar, o estudo realizou uma pesquisa etnográfica em uma escola de jovens e adultos da rede municipal de São Paulo, reconhecida por seu trabalho com a diversidade, acolhendo diversos grupos contemplados nessas macropolíticas.

Como referência teórica para pensar o ciclo de políticas, acatamos a compreensão de Stephen Ball (2001), delimitando a análise para o contexto de “produção dos textos” das políticas, elaborando, assim, um inventário das políticas e programas voltados para a temática da diversidade/diferença, realizado por uma revisão da literatura e por pesquisas nos *sites* oficiais do governo federal, especialmente no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

Para Ball (2001), o ciclo de políticas se desenvolve a partir de diferentes contextos, que constituem arenas de influências, imersas em disputas, conflitos e consensos. Embasados nessa percepção, refletimos sobre a importância de articular ações alinhadas a uma Política Curricular, compreendida a partir da proposta de Sacristán e Gómez (1998, p. 139), ao descrevê-la como um processo que envolve desde o currículo prescrito e planejado, passando pelo currículo organizado e praticado (currículo em ação), até o currículo avaliado. Desse modo, a análise proposta a seguir mobiliza aspectos das diretrizes curriculares oficiais, das diretrizes para a formação docente e para a produção do material didático e seus efeitos na ação das redes locais.

Diversidade Sexual nas Políticas Curriculares Nacionais: uma arena em disputa

A fim de melhor contextualizar o desenvolvimento da produção curricular brasileira no tratamento da diversidade sexual e de gênero, no período de 2004-2014, retomamos sua fase anterior, e reconhecemos, como marco inicial desse debate, a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que elegeu o

tema “Orientação Sexual” como um dos “Temas Transversais” que deveriam ser abordados no currículo da educação básica. Originalmente delimitado como “Educação para Saúde e Sexual”, a temática se ampliou para o tema “Orientação Sexual”. Sua presença no currículo brasileiro se justificou por ter sido considerada como uma das urgências sociais a serem trabalhadas nas escolas (Teixeira, 2000). Para Marcon, Prudencio e Gesser (2016, p. 294), ao tomarem como eixo de análise as políticas públicas sobre a diversidade sexual na escola, o período se destaca pelas seguintes produções:

A partir da década de 90, surgiram importantes políticas governamentais relacionadas à abordagem da sexualidade na escola visando tanto à prevenção de doenças e promoção de saúde como também à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos (Nardi & Quartiero, 2012). Entre os documentos que apoiam a atuação profissional nesse campo, destacam-se: a) Parâmetros Curriculares Nacionais (1998); b) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90); c) Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2004a); d) Programa Brasil Sem Homofobia (Brasil, 2004b); e) Programa Gênero e Diversidade na Escola (2008), e f) Programa de Saúde na Escola – PSE (Brasil, 2007).

Além desses documentos, a partir de Conrado (2019, p. 78-79) merece destaque, também, a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (Decreto 2.193/1997), posteriormente substituída pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, em 1999 (Decreto 2.923/1999).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) o tratamento do tema “Orientação Sexual” deveria seguir como descrito a seguir.

Ao tratar do tema Orientação Sexual busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro. (Brasil, 1997, p. 287)

Em relação à matemática, o documento sugeria um estudo da história das mulheres, suas lutas pela conquista de direitos e as enormes diferenças que podem ser encontradas, ainda hoje, nas diversas partes do globo, utilizando dados para análise dos avanços progressivos do movimento de mulheres ao longo do tempo; estudo de mitos associados ao gênero na escola, que precisam ser questionados,

relativos à ideia de a matemática ser uma disciplina na qual os meninos se saem melhor.

Com o início da primeira gestão Lula (2003), um conjunto de ações movimentou os debates em torno da temática Gênero e Sexualidade no âmbito educacional: i) a criação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, que sistematizou um conjunto de programas e ações de educação em direitos humanos, tendo como um de seus princípios o direito à diversidade; ii) o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, em 2004 (Brasil, 2004), que proporcionou a produção do projeto Escola sem Homofobia, divulgado em 2010, enfatizando a necessidade de promover a formação de educadores para tratar questões relacionadas ao gênero e à sexualidade.

De 2005 a 2015, tivemos outros avanços em relação às temáticas. Em 2005, foi criado o iii) Programa Educação para a Diversidade e Cidadania pela então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (Secad), com o objetivo de apoiar a qualificação de profissionais da Educação com relação aos temas de orientação sexual e de identidade de gênero. Também, no âmbito da Secad, entre 2005 e 2006 ocorreu, em cinco estados, o iv) Projeto Educando para a Igualdade de Gênero, Raça e Orientação Sexual, cujo foco foi a formação de professores em relação a gênero, orientação sexual e diversidade étnico-racial. Já em 2012, foram publicadas as v) Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, ficando estabelecido que a Educação em Direitos Humanos visa à formação ética, crítica e política, comprometida com a promoção de uma educação para a mudança e a transformação social, fundamentada nos princípios de dignidade humana, igualdade de direitos, no reconhecimento e na valorização das diferenças e das diversidades, na laicidade do Estado, na democracia na educação, na transversalidade, na vivência, na globalidade e na sustentabilidade socioambiental. Em 2013, por fim foram publicadas as vi) Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e o documento Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão (DCNEB), organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiro, que constituía a coletânea das Diretrizes, de mesmo nome, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo dos anos 2000 e 2010 (Conrado, 2019).

Em processo concomitante ao ciclo de políticas mencionado, iniciou-se no Brasil um conjunto de ações, por vezes descontínuas, a respeito da necessidade de

se elaborar um currículo de referência para a Educação Básica, a chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, no contexto do debate público que se constituiu a partir de 2011, emergiu um conjunto de vozes contrárias aos avanços até então produzidos, fomentando uma agenda antigênero no currículo. Uma dessas manifestações foi a do Movimento Escola Sem Partido (ESP), fundado em 2004 como uma “[...] iniciativa conjunta de estudantes e mães/pais preocupadas/os com grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (Escola sem partido, 2020). Tal movimento passou a combater com intensidade o, aqui já citado, projeto Escola sem Homofobia, argumentando que o material produzido seria uma propaganda homossexual ou, como nomeado pejorativamente por esses grupos, uma espécie de “kit gay”, capaz de converter estudantes em homossexuais e transformando o estudo do gênero em um laboratório de perversão nas escolas (César; Cunha, 2016; Furlan; Carvalho, 2020). Iniciou-se, assim, uma investida antigênero propagada por grupos como o ESP, contrários à problematização das questões de gênero e de sexualidade no espaço da escola, produzindo retrocessos a uma agenda que vinha se constituindo.

O referido movimento tem como estratégia desqualificar e anular estudos que vêm sendo produzidos em relação às questões de gênero e de sexualidade, como demonstra Paraíso (2016, p. 402) ao afirmar o modo de agir do ESP: “a estratégia consiste em mostrar que as compreensões do mundo que querem desqualificar são ‘ideológicas’, portanto, destituídas de ‘verdade científica’”. Ainda, segundo Louro (2018), esses grupos antigênero buscam normatizar os corpos, colocá-los dentro de um paradigma cisgênero e heterossexual que se constituiu como dominante e que se pretende continuar como tal. Sendo assim, procuram agir para interromper movimentos contrários à sua perspectiva.

Uma das formas de ação, se dá a partir de 2015, quando começam a ser publicadas as primeiras versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para Denise Carreira (2019), na primeira versão do documento as temáticas foram abordadas de maneira tímida, mas houve uma crescente presença na segunda versão. A BNCC foi vista como uma oportunidade de incorporar relações de diversidade nas políticas curriculares, em conjunto com as DCNEB, que eram pouco assumidas pelos sistemas de ensino e objeto de resistência pelas escolas. Em abril de 2017, quando divulgada a terceira versão da BNCC, houve o apagamento de gênero do documento. A movimentação política por parte de grupos como o

Movimento Escola sem Partido produziu a exclusão de conteúdos envolvendo gênero e orientação sexual dos currículos brasileiros.

Vale ressaltar, aqui, que o mesmo movimento político que excluiu os temas de gênero e orientação sexual da BNCC foi agente externo de interferências no Ministério da Educação na construção da Base, como discutido por Elizabeth Macedo (2017).

[...] o ESP passou a ser um dos interlocutores do MEC [...] o ESP inseriu em sua agenda o debate sobre a BNCC. O movimento apresenta duas ordens de demandas em relação à BNCC: quanto à instância competente para sua aprovação e quanto ao seu conteúdo, mais especificamente, aos objetivos de aprendizagem e ensino. (Macedo, 2017, p.514)

Em função das tensões geradas por esses movimentos, muitos deles ligados a setores religiosos, o MEC trouxe a proposta de que “corpo, gênero e sexualidade” deveriam ser discutidos a partir das diferentes tradições religiosas como parte da área de Ensino Religioso que passava, nessa versão, a ser considerada uma área de conhecimento da BNCC (Carreira, 2019).

Em 2019, o MEC publicou um documento intitulado Temas Contemporâneos Transversais na BNCC (TCTs), que introduz seis macroáreas temáticas: Meio Ambiente, Saúde, Economia, Cidadania e Civismo, Multiculturalismo, Ciência e Tecnologia. O tema Orientação Sexual, presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais, deixa, então, de existir nos documentos contemporâneos da BNCC, deixando evidente a posição de que tal tema não deveria ser assunto tratado pela/na escola.

GêneroS e SexualidadeS: conceituações

Com a eleição de Lula, em 2023, surge a possibilidade de uma retomada da agenda perdida, com a recuperação do que havia sido mobilizado no ciclo de Políticas da Diversidade, suas propostas e debates adormecidos, embora ainda em um contexto de inúmeros desafios. Nesse cenário, cabe considerar que as práticas no ambiente escolar são cotidianamente atravessadas por discursos, os quais naturalizam uma concepção binária de sexo e gênero (Marcon; Prudencio; Gesser, 2016)

Em uma cultura heterossexista, condutas individuais e dinâmicas institucionais, formais e informais, reproduzem o tempo todo, frequentemente de modo não intencional e despercebido, o parâmetro da heterossexualidade hegemônica como norma social e cultural. (Rios, 2009, p. 76)

Por conseguinte, é fundamental entender de que modo os conceitos de gênero, vem sendo operados em algumas produções acadêmicas, uma vez que essas atravessam e constituem a práxis da educação (Marcon; Prudencio; Gesser, 2016). Duas grandes vertentes da incorporação do conceito de gênero nos estudos do campo da Educação vem se constituindo: 1. a vertente que assume o conceito de gênero que não se restringe à noção do sexo biológico e o complementa, referindo-se aos comportamentos e atitudes que culturas inscrevem sobre corpos sexuais (possuidores de sexo biológico); 2. a vertente que utiliza o conceito de gênero para compreender processos que estabelecem diferenças entre mulheres e homens, e os distinguem como masculino e feminino como formas de construção social, cultural e linguística que nomeiam seus corpos (Souza; Fonseca, 2010).

Podemos associar, em relação à primeira vertente de gênero, a compreensão de Judith Butler,

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (Butler, 2003, p. 59).

Assim, a identidade de gênero é instituída através da repetição estilizada de atos performativos, e gênero é formado por essa estilização do corpo, ou seja, uma maneira de exemplificar tal compreensão é que, em relação ao “eu” referencial de cada pessoa, o “eu” profissional não age da mesma forma que o “eu” filha, que não age da mesma forma do “eu” amiga, de maneira que, de certa forma, estamos sempre performando algo, inclusive o gênero. A partir disso, podemos entender identidades de gênero como identificações sociais e históricas, sendo estas: feminino, masculino, travesti, intersexo, não binário, fluído e agênero.

No que se refere à segunda vertente em diálogos com questões da sexualidade, cabe mencionar o estudo de Denise Carreira (2017, p. 34), ao tratar do tema inserido no contexto das políticas curriculares, a partir das seguintes conceituações apresentadas a seguir.

Gênero: O conceito de gênero ganha espaço nos debates feministas na década de 1980 como um esforço de pesquisadoras e ativistas para compreender a construção histórica e social do ser homem e do ser mulher e das relações assimétricas de poder entre os sexos em diferentes sociedades. [...] Sob uma perspectiva relacional, o conceito se firmou como uma categoria de análise e vem contribuindo para a compreensão e questionamento dos mecanismos de naturalização, criação e manutenção das desigualdades; do binarismo homem-mulher, masculino-feminino, natureza-cultura, biologia-sociedade, gênero-sexo etc; e de formas de controle explícitas e sutis dos corpos que permeiam a realidade social: do cotidiano ao plano das políticas públicas, dos símbolos e linguagem

às instituições.[...] A produção teórica encontra-se em fase de grande criatividade, diversidade e divergência, articulando gênero com outros marcadores e categorias sociais como classe social, raça, etnia, sexualidade, idade, origem regional etc.

Sexualidade: Compreendida como construção histórica e social complexa, produto de negociação, de agência humana, de lutas entre aqueles que têm o poder de definir e regular e daqueles que resistem. Reúne diferentes possibilidades biológicas e mentais e formas culturais – identidade de gênero, diferenças corporais, capacidade de reprodução, necessidades, desejos, fantasias, práticas eróticas, instituições e valores – às quais não necessariamente estão relacionadas dessa forma [...]. Todos os elementos constituintes da sexualidade têm como base o corpo e a mente, e aqui não estou tentando negar os limites colocados pelos processos biológicos e mentais. Mas as capacidades do corpo e da psique adquirem sentido/significado somente em meio às relações sociais. Judith Butler (2003; 2009) afirma que – assim como gênero – sexo também é uma construção social e histórica e critica a imposição da chamada matriz heterossexual na sociedade. Essa matriz seria constituída por um conjunto de discursos e práticas culturais relacionadas com a diferença entre os sexos e encaminhada a produzir a heterossexualidade como padrão. Tal construção seria fruto do efeito performativo de uma repetição ritualizada de atos que acabaria gerando a naturalização da heterossexualidade como hegemônica e obrigatória. A obra de Butler também põe em xeque o binarismo heterossexualidade-homossexualidade, dando base para o questionamento das fronteiras sobre diversidade sexual (Carreira, 2017, p. 34)

Nesse sentido, a fim de discutir uma agenda mais ampla, entendemos, assim como Carreira, a necessidade do rompimento desse pensamento binário, abrindo espaço para a valorização da diversidade das expressões de gênero, tratando gêneros e sexualidades no plural, aspectos que retomaremos no final do artigo.

Efeitos e limites das Macropolíticas Curriculares

Muito por mérito das políticas curriculares, o ambiente escolar se tornou complexo, ainda que seja cada vez mais natural o reconhecimento e a presença da diversidade nas salas de aula, há também os silenciamentos. Tais reflexões se confirmam a partir dos resultados da pesquisa de doutorado de Conrado (2019) ao demonstrar o modo como as políticas curriculares locais se fortaleceram pelas influências das macropolíticas do chamado Ciclo da Diversidade, especialmente quando a própria rede, ou unidade escolar, se mostrava sensível ao acolhimento dessa temática. No caso da pesquisa, o estudo analisou, por meio de uma etnografia, em oito meses de imersão no cotidiano de um Centro de Educação de Jovens e Adultos, o modo como o acolhimento e tratamento da temática da diversidade se fez presente na proposta curricular da escola, bem como no currículo planejado e realizado nas aulas de matemática. Destaca-se, nesse ambiente, o

trabalho promovido à época pela Prefeitura de São Paulo, no Projeto Transcidadania, que garantia a presença de um público até então excluído da escola e marginalizado na sociedade. O estudo reconheceu o papel indutor da política federal para a constituição de novas demandas, agendas e práticas, com efeito para o município e a escola. Como mencionado, o estudo também afirmou sobre a importância e o papel das Macropolíticas, no sentido de instituir uma agenda nacional em favor do acolhimento e presença de grupos diversos e marginalizados nas escolas, e na garantia de direitos, especialmente no debate de gênero e sexualidade.

No entanto, é preciso reconhecer sua insuficiência dentro de um processo maior da produção da Política Curricular, compreendida como um conjunto de ações que envolvem o currículo oficial, suas diretrizes, a formação docente, o material didático e os sistemas de avaliação. Desse modo, persistem contradições e controvérsias no processo de implementação dessas políticas, como se pode observar na discussão apresentada por Taveira e Peralta (2022) ao denunciarem a ausência de termos relacionados ao gênero e sexualidade nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Matemática, Licenciatura e Bacharelado (Brasil, 2003), o que afeta a formação inicial de docentes da área,

Ao não se referir especificamente aos termos Gênero e Sexualidade no âmbito da diversidade humana, o documento curricular oculta, desestimula e deslegitima a abordagem de temáticas, reflexões e experiências relacionadas a esses termos na formação inicial de professoras/es, especialmente de Matemática (Taveira; Peralta, 2022, p. 12)

Desses autores, temos ainda que,

O fenômeno de apagamento, que pode ser observado em diversos documentos curriculares presentes no sistema educativo brasileiro a partir da literatura que discorre sobre o assunto, deve chamar a atenção das pessoas interessadas e preocupadas com as discussões sobre o Currículo em Educação Matemática ou Currículo de Matemática, se assim preferirem e, mais especificamente, com o currículo de formação inicial de professoras(es) de Matemática. Nesse cenário, é possível afirmar que a racionalidade com que as normativas/diretrizes/orientações para o processo formativo inicial de professoras/es de Matemática foram propostas e implementadas aproximam-se de uma forma instrumental (Taveira; Peralta, 2022, p. 13)

De forma complementar, o estudo de Müller (2023), produzido como resultado de uma Iniciação Científica, analisou os efeitos das mudanças promovidas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em meados da década de 1990, especialmente a partir de 1995, em que passou a problematizar e induzir alterações quanto à veiculação de estereótipos étnico-raciais e de gênero por meio de critérios de avaliação dos livros didáticos. Esse estudo foi realizado de forma qualitativa,

sendo sustentado pela Hermenêutica de Profundidade (Oliveira, 2008), realizando a análise dos documentos como formas simbólicas em suas dimensões de análise sócio-histórica, formal ou discursiva, e interpretação/reinterpretação. A análise sócio-histórica considera as circunstâncias sociais e materiais dos documentos, explorando como instituições sociais, movimentos políticos e conjunturas governamentais influenciaram sua produção e divulgação. A análise formal examina a estrutura interna das obras, seus elementos constituintes, inter-relações, sequência de assuntos, apresentação e coerência. A interpretação e reinterpretação envolve uma escrita analítica que combina esses dois enfoques iniciais. Nesse processo, ao verificarmos os editais delimitados pelo período de 2004 a 2019, disponíveis no *site* do Governo Federal, observamos que, as obras passaram a ter sua produção condicionada a novas e explícitas exigências, descritas a seguir:

Serão excluídas do PNLD, as obras didáticas que: 1. veicularem estereótipos e preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos (Brasil, 2014a, p. 50).

Ainda, no edital PNLD Campo 2016, notamos que:

Em respeito à Constituição do Brasil e para contribuir efetivamente para a construção da ética necessária ao convívio social e à cidadania, os materiais didáticos devem: 1) Reconhecer e tratar adequadamente a diversidade de gênero, considerando a participação de mulheres e homens em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, discutindo diferentes possibilidades de expressão de feminilidades e masculinidades, desmistificando preconceitos e estereótipos sexuais e de gênero, considerando o gozo dos direitos civis e políticos, visando à construção de uma sociedade não-sexista, não-homofóbica (Brasil, 2014b, p. 49).

Tais exigências contrastam com os resultados discutidos por Vanessa Neto e Marcio Silva (2021), ao investigarem sobre o modo como a abordagem das questões de gênero estiveram presentes/ausentes nos livros didáticos de matemática desse período, e reafirmando sobre a insuficiência desses materiais para produzir um rompimento com vieses e estereótipos de gênero no ensino de matemática, o que a política desejava combater. No artigo, os autores fazem uma análise de livros didáticos aprovados nos dois editais aqui citados (PNLD 2016; PNLD Campo 2016).

As imagens selecionadas pelos autores em suas análises, sendo duas retiradas de coleções aprovadas nos editais mencionados, trazem diversas situações que reforçam estereótipos e discriminações, como apenas meninas cozinhando; feminino associado a apenas delicadeza e cuidado; meninas organizadas enquanto meninos podem ser desorganizados. O estudo analisou as

coleções “Novo Girassol: Saberes e fazeres do campo”, Editora FTD; “Campo Aberto”, Editora Global; “Aprender Juntos - Alfabetização matemática”, Editora SM; “A escola é nossa - Alfabetização Matemática”, Editora Scipione; e “Projeto Navegar Matemática - Alfabetização Matemática”, Editora Moderna.

Do considerado até aqui, podemos afirmar, a partir de uma análise crítica desses materiais educacionais, que eles podem não estar alinhados com os objetivos de promover uma sociedade não sexista e não homofóbica, como estabelecido nos critérios definidos pelos editais, o que coloca em discussão a eficácia dos processos de seleção e avaliação de livros didáticos de matemática, bem como a necessidade de uma revisão mais rigorosa dos materiais a serem disponibilizados para as escolas. Evidencia-se, também, o quanto as visões estereotipadas por gênero seguem internalizadas, mesmo para aqueles que implementam as políticas que almejam provocar mudanças. Essa discrepância destaca, ainda, a importância de uma abordagem crítica na seleção e no desenvolvimento de materiais educacionais, garantindo que reflitam a respeito dos valores de inclusão, diversidade e igualdade de gênero, defendidos pelas Políticas Curriculares. Também, vale ressaltar que os editais PNLD 2022 e 2023, publicados respectivamente em 2020 e 2021, possuem um progresso insuficiente no que se refere ao debate aqui analisado, já que apenas referenciam gênero em seu sentido literário.

Uma agenda sobre Gêneros e Sexualidades para a Produção Curricular em Matemática e a Pesquisa em Educação Matemática

Apesar desse cenário contraditório, é preciso analisar de que modo a retomada das políticas da diversidade podem ganhar novos sentidos no debate atual, a fim de constituir e fortalecer uma agenda em curso. Para Louro (2000, p. 38), “a(s) sexualidade(s) e o gênero(s) estão, mais do que nunca, no centro dos discursos; estão a deixar o silêncio e o segredo e, por bem ou por mal, estão a provocar ruído, a fazer barulho e a fazer falar”. Ao reconhecer que as políticas curriculares que tratam das temáticas de gêneros e sexualidades não estão sendo efetivas, ainda que seja notável o aumento da presença desses temas e sujeitos, no cotidiano escolar parece ainda não haver espaço para eles.

No âmbito dessa reflexão, reafirmamos a importância de se compreender que gêneros e sexualidades não estão restritos a apenas algumas disciplinas escolares, mas podem ser mobilizados por todas elas, sendo abordados nas escolas e, principalmente, nas aulas de matemática, pois não é eliminando a palavra gênero

que eliminaremos os conflitos decorrentes da presença de pessoas de gêneros e sexualidades diversas da sala de aula. Por outro lado, cabe compreender melhor que tipo de exclusão tem ocorrido especificamente na sala de aula de matemática, e em que medida decorrem de uma formação docente insuficiente/inexistente ou uma política que não garante qualidade dos materiais didáticos em relação à questão.

Embora o tratamento das diversidades de gênero e sexualidade seja assegurado por princípios e bases legais, tal legislação ainda não tem garantido uma educação de qualidade para todas, todos e todes, e é necessário que haja políticas curriculares que assegurem a inserção desses assuntos nas escolas e a proteção de professores e professoras no exercício de suas atividades. Gêneros e sexualidades são temas transversais a todo o currículo, já que estão culturalmente envolvidos nos discursos sociais. Vale mencionar, aqui, além das já citadas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: Diversidade, Inclusão e das Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (art.16); há, também, outras legislações que reafirmam esses direitos como a Constituição brasileira (1988); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996); e a Lei Maria da Penha (2006) que estabelece mecanismo para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres do país (Carreira, 2019, p. 75-76).

Ainda sobre o impacto das macropolíticas curriculares e a constituição de novas agendas, destacam-se experiências que servem como referências para pensar o modo como currículos pensados e praticados no contexto local, estadual ou municipal, podem produzir efeitos em favor dessas ações. De nossos estudos, chama atenção a análise produzida por Oliveira, Melo e Farias (2021) sobre o trabalho da Coordenadoria de Diversidade e Inclusão Educacional da Secretaria da Educação do Ceará, criada em 2019, que tem se esforçado para garantir políticas públicas que promovam uma cultura não sexista e não homofóbica. Segundo os autores, no âmbito dessa Secretaria, o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), de 2018, homologado em 2019, partiu do desafio de implementar a BNCC nos currículos cearenses, garantindo as exigências de um currículo comum aos estudantes brasileiros e, ao mesmo tempo, aspectos próprios de uma educação característica do Ceará. Nessa produção, segundo referenciam Oliveira, Melo e Farias (2021), os debates a respeito dos gêneros, em menor ênfase, e da sexualidade, presentes ao longo de todo o documento, assumem uma proposta contra o machismo e a homofobia. Para isso, o documento sugere temas e habilidades, dentre as quais, conhecer os direitos e deveres das mulheres; os

movimentos feministas e suas reivindicações; as questões étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual; os crimes cometidos contra os homossexuais do Brasil durante a ditadura civil-militar. Ao assumir esse posicionamento, o DCRC nos apresenta rumos possíveis, que não são vislumbrados no desenho curricular atual proposto pela BNCC.

Desse modo, o DCRC abre-nos caminho para que possamos fazer currículos-(r)existência, que dialoguem com as perspectivas democráticas que se empenham em combater o racismo, a homofobia, o sexismo, as desigualdades econômicas e o patriarcado (Oliveira; Melo; Farias, 2021, p. 19)

Ao trazer o caso das DCRC, e a ação do Estado do Ceará esperamos construir convites para novos estudos, que possibilitem visibilizar ações práticas e políticas desenvolvidas nos âmbitos municipais e estaduais, seja pela gestão pública, seja pela ação docente nas escolas e, ainda, ampliar a conceituação sobre as diversidades dos gêneros e sexualidades, para além do binarismo que costuma marcar esse debate.

Quanto a esse último aspecto, cabe ressaltar que a pesquisa de mestrado, em desenvolvimento (Müller, 2024), ao produzir uma revisão da literatura atual sobre a temática no âmbito da Educação Matemática, no período de março a maio de 2024, pela análise de resumos de Teses e Dissertações publicadas no período dos últimos cinco anos (2019-2024), utilizando-se da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, identificou 152 resultados de pesquisa. Para isso, foram utilizados os descritores “educação matemática” em dupla com outros como “Gêneros”, “Sexualidades” e “LGBT” (e suas variações). Das produções analisadas até o momento, destacamos, aqui, algumas: as que, a partir da vertente que trata o gênero como uma construção histórica e social dos papéis de homem e mulher, examinam as relações de poder assimétricas entre os sexos, dentro e fora do ambiente escolar (Santi, 2021; Suárez, 2020); assim como a que investiga outros espaços formativos, em relação aos conhecimentos da comunidade LGBTQIAPN+ e a matemática (Barros, 2021); também, pesquisas que entrelaçam outras dimensões de Políticas Curriculares, no âmbito da formação de professores (Martins, 2020; Waise, 2021; Guse, 2022; Taveira, 2023).

A pesquisa de mestrado em desenvolvimento (Müller, 2024) se difere dessas enunciadas, no sentido de abordar as duas vertentes de gênero, na investigação de coletivos de mães com o objetivo de investigar o modo como as questões de gênero e sexualidade impactam as vivências escolares e aprendizagens matemáticas de

peessoas de gêneros-sexualidades diversas, ultrapassando conceituações binárias e tornando a própria experiência da maternidade, elemento constitutivo do debate de gênero, de modo a produzir uma pesquisa de inspiração etnográfica, a partir de um conjunto de entrevistas, entrelaçando-se em uma escrita de escrivência, buscando a voz e fala de quem conta, de forma a se misturar com a escrita da pesquisadora.

Ao mencionar a importância de se analisar outros agrupamentos além dos escolares, como é o caso dos coletivos de mães de pessoas de gêneros e sexualidades diversas, Müller (2024) apresenta, também, um convite para outros aspectos a serem considerados em novas pesquisas acadêmicas, a fim de que possam trazer contribuições para o campo da educação e da educação matemática.

Considerações Finais

Este artigo procurou discutir a importância do ciclo de políticas curriculares com foco na diversidade, e que abarcou agendas sociais importantes e urgentes na educação brasileira, dentre elas as questões de gênero e sexualidade. Procuramos evidenciar ações, programas, legislações e políticas construídas durante as décadas de 1990 e 2010, demonstrando, de um lado, o esforço em favor dessa agenda, reconhecendo o papel indutor dessas políticas para a ação da escola e das redes locais e, de outro, a ineficiência e as contradições das políticas no que se refere a pensá-la de modo articulado, como um processo que se desenvolve desde o texto oficial, passando pela formação docente e o livro didático. A partir desses dois últimos recortes, argumentamos sobre a insuficiência dessas ações no currículo de matemática em diálogo com outros estudos. Além disso, discutimos, igualmente, o movimento contrário a essas políticas, em ciclo posterior, a partir de meados da década de 2010. Tal discussão procurou evidenciar, de um lado, a importância dessas políticas curriculares na promoção de avanços para a mudança no cenário de redução das desigualdades educacionais de gênero e sexualidade e, de outro, reforçar a necessidade de que novas políticas curriculares, em âmbito federal, estadual e municipal sejam produzidas, de modo a reforçar a importância do tratamento desse tema na produção curricular pelos diferentes agentes do sistema escolar, desde a gestão pública até os atores da escola. Propomos, também, uma ampliação da conceituação das diversidades de gêneros e sexualidades para além dos binarismos homem-mulher, masculino-feminino, incorporando novos sujeitos às pesquisas, trazendo como exemplo a proposta de investigar a ação de mães de pessoas de gêneros diversos, organizadas em coletivos, e suas lutas pelos direitos

educacionais de seus filhos e filhas, com efeitos para a educação e educação matemática.

Tendo em vista o fato de que o campo disciplinar da matemática revela em sua constituição uma visão predominantemente masculina e machista, universal e hierarquizada, colonialista e eurocêntrica sobre a matemática, o artigo propõe uma análise sobre as conceituações de gênero e sexualidade com que essas políticas vêm operando, e apresenta reflexões que possam contribuir para reduzir influências de visões ainda binárias que pautam os estudos nesse tema.

Assim sendo, procuramos colaborar com esse debate, reforçando o convite para que novas pesquisas do campo da educação matemática se mantenham e se aproximem dessa importante temática, reconhecendo o crescente aumento das produções acadêmicas que tratam do assunto, que, embora incipientes e enfrentando críticas e silenciamentos, vêm produzindo potentes caminhos para a continuidade do processo de mudança já iniciado.

Referências

- BALL, Stephen John. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul-dez. 2001. Disponível em: <https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/fileId/anexo/ball.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2024.
- BARROS, Denner Dias. **Leitura e escrita de mundo com a matemática e a comunidade LGBTQ+**: as lutas e a representatividade de um movimento social. 2021. 283f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/215761>. Acesso em: 16 de junho de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil sem homofobia**. Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: MS; Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2024.
- BRASIL. **Decreto n. 6.286**, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 18 de maio de 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático**. Brasília: MEC, 2014a. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2016>. Acesso em: 4 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático do Campo**. Brasília: MEC, 2014b. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-campo-2016>. Acesso em: 4 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CARREIRA, Denise. **Igualdade e diferenças nas políticas educacionais**: a agenda da diversidade nos governos Lula e Dilma. São Paulo: Ação Educativa, 2017.

CARREIRA, Denise. Gênero na BNCC: dos ataques fundamentalistas à resistência política. In: FERNANDO CÁSSIO, R. C. **Educação é a Base? 23 educadores discutem a BNCC**. São Paulo: Editora Ação Educativa, 2019. p. 59-83. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2023/10/EDUCACAO-E-A-BASE_WEB-1.pdf. Acesso em: 14 de maio de 2024.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; CUNHA, Josafa. Transsexuality and School Education in Brazil. In: RUSSEL, S. T.; HORN, S. S. (orgs.). **Sexual Orientation, Gender Identity and Schooling**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 115-125. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342047954_Transsexuality_and_School_Education_in_Brazil. Acesso em: 19 de maio de 2024.

CONRADO, Andréia Lunkes. **Diversidade, diferença e currículo de matemática**: relações entre macropolíticas e o tempo dos atores na escola. 2019.190f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002983550>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

CONRADO, Andréia Lunkes. Diferenças Culturais, Diversidades e Matemática nas Políticas Curriculares Brasileiras: uma análise do ciclo 2004-2014. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 8., 2021, Uberlândia. **Anais...** Brasília: SBEM, 2021. p. 979-993. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/viiiisipemvs2021/384040-diferencas-culturais-diversidades-e-matematica-nas-politicas-curriculares-brasileiras--uma-analise-do-ciclo-2004/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Apresentação**. Escola sem partido, 2020. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

FURLAN, Cássia Cristina.; CARVALHO, Fabiana Aparecida. Comunismo e gênero no Escola sem Partido: notas para não sucumbir a uma pedagogia fascista. **Revista Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29 n. 58, p. 68-186, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2020.v29.n58.p168-186>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

GUSE, Hygor Batista. **Pesquisas com pessoas LGBTI+ no campo da Educação Matemática**: indagando processos de (cis-hetero)normatização da área. 2022. 135f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) - Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11389700. Acesso em: 16 de junho de 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 7-42.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/JYfWMTKKDmzVgV8VmWzCdQK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

MARCON, Amanda Nogara; PRUDENCIO, Luísa Evangelista Vieira; GESSER, Marivete. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 291-301, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/XyfXTchpMdBdRVHPzFSg47K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 de maio de 2024.

MARTINS, Igor Micheletto. **Gênero e sexualidade na formação de professores**: uma análise curricular do curso de licenciatura em matemática da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). 2020. 84f. Dissertação (Mestrado em Ensino e Processos Formativos), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/9ea89608-adeb-4d56-8e0e-2aeb0239d014/content>. Acesso em: 17 de junho de 2024.

MÜLLER, Mariana da Costa. Análise Comparativa dos Documentos Curriculares no Brasil no Século XXI: Questões da Educação Matemática. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 35., 2023, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: UNESP, 2023. Nota: Comunicação Oral.

MÜLLER, Mariana da Costa. Matemática, Gêneros e Sexualidades: (escre)vivências de maternidade e a aprendizagem de matemática de pessoas LGBTQIAPN+. In: ESCOLA DE ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADES EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA - E²GSEM, 1., 2024, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2024. Nota: Comunicação Oral.

NETO, Vanessa. SILVA, Marcio. Gênero como um problema nos livros didáticos de matemática: manual prático de como ser menina/mulher. **Acta Sci.**, Canoas, v. 23 n. 8, p. 191-222, 2021. Disponível em: <https://funes.uniandes.edu.co/funes->

documentos/genero-como-um-problema-nos-livros-didaticos-de-matematica-manual-pratico-de-como-ser-menina-mulher. Acesso em: 17 de maio de 2024.

OLIVEIRA, Fábio Donizete. **Análise de textos didáticos**: três estudos. 2008. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/91113>. Acesso em: 17 de junho de 2024.

OLIVEIRA, Wanderson Silva; MELO, Carlos Ian Bezerra; FARIAS, Isabel Maria Sabino. Discursos antigênero e políticas curriculares cearenses: entre tensões e resistências. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15363/209209214246>. Acesso em: 6 nov. 2024.

PARAÍSO, Mar Lucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 388-415, 2016. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraíso.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 13-51. Disponível em: <https://healtheducationresources.unesco.org/library/documents/diversidade-sexual-na-educacao-problematizacoes-sobre-homofobia-nas-escolas>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, Àngel Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. São Paulo: Artmed, 1998. p. 271-293.

SANTI, Tailine Audília de. **Narrativas de vida de educadoras matemáticas paranaenses**: marcas de gênero em um diário de uma feminista. 2021. 382f.. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/215427>. Acesso em: 18 de junho de 2024.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes; FONSECA Maria da Conceição Ferreira Reis. **Relações de gênero, Educação Matemática e discurso**: enunciados sobre mulheres, homens e matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SUÁREZ, Jeimy Marcela Cortés. **Denúncias e anunciações sobre camadas de vulnerabilidade social e Educação Matemática junto a um grupo de mulheres pretxs que assumiram empoderar-se por meio da tecnologia**. 2020.148f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/193165>. Acesso em: 15 de junho de 2024.

TAVEIRA, Flavio Augusto Leite; PERALTA, Deise Aparecida. Curriculum Guidelines for Mathematics degree and Gender and Sexuality issues in Brazil. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, São Paulo, v. 13, n. 6, p. 1-19, 2022. DOI: 10.26843/rencima.v13n6a32. Disponível em: <https://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/rencima/article/view/4411>. Acesso em: 19 jun. 2024.

TAVEIRA, Flavio Augusto Leite. **Reconhecimento e Redistribuição**: um estudo (comparativo) das Injustiças Curriculares relacionadas ao provimento de questões de Gênero e Sexualidade na Formação Inicial de Professoras/es de Matemática. 2023.105f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/a8f5db84-6232-43c8-b049-0ccbbe5108ec/content>. Acesso em: 17 de junho de 2024.

TEIXEIRA, Beatriz de Basto. Parâmetros Curriculares Nacionais, Plano Nacional de Educação e autonomia da escola. *In*: REUNIÃO ANPED, 23., 2000, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2000. p. 257-280. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0503t.PDF>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

WASE, Tadeu Silveira. **Cenários de reconhecimento em contextos de minorias sexuais e de identidades de gênero na aula e na formação inicial de docentes de matemática**. 2021. 141f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) - Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11252500. Acesso em: 18 de junho de 2024.

Submetido em: maio de 2024.

Aceito em: junho de 2024.